

# notícias da FEDERAÇÃO



Jornal da FNE - Ano XII - nº8 - Novembro de 2001 - Preço: 100\$00 - Bimensal - Directora: Manuela Teixeira



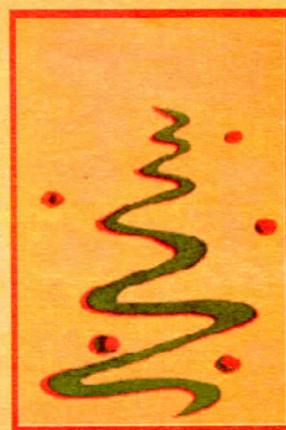
Intervenção  
de Abertura

Conclusões dos  
Painéis

Intervenção de  
encerramento

FORUM  
FNE 2001

Mais Qualidade  
em Educação



Em tempo de guerra,

Votos de **Paz!**



### Notícias da Federação

Jornal da FNE  
Ano XII - Nº 8 Novembro 2001

Preço : 100\$00

#### Periodicidade

Bimensal

#### Proprietário:

Federação Nacional dos Sindicatos da  
Educação

#### Directora:

Maria Manuela Teixeira

#### Colaboradores:

João Dias da Silva  
Paula Borges

#### Design Gráfico:

Paula Melo

#### Sindicatos Membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte  
Sindicato dos Professores da Zona Centro  
Sindicato Democrático dos Professores da  
Grande Lisboa  
Sindicato Democrático dos Professores do Sul  
Sindicato Democrático dos Professores dos  
Açores  
Sindicato Democrático dos Professores da  
Madeira  
Sindicato dos Professores das Comunidades  
Lusitadas  
Sindicato Nacional dos Delegados e  
Subdelegados Escolares  
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e  
Auxiliares de Educação da Zona Norte  
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e  
Auxiliares de Educação da Zona Centro  
Sindicato dos Técnicos, Administrativos e  
Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões  
Autónomas

#### Impressão:

Tipografia Nunes

#### Redacção:

Rua Pereira Reis, 399 - 4200 Porto

#### Distribuição:

FNE

#### Registo na D.G.C.S.

Nº 115519

#### Nº Depósito Legal

53657/92

#### Tiragem:

50 000

## Porto recebe Conselho Geral e Secretariado Executivo da FNE

O Conselho Geral da FNE reúne, pela primeira vez depois do Congresso da FNE realizado no passado mês de Abril em Coimbra, no próximo dia 5 de Dezembro no Porto. Os conselheiros da Federação Nacional dos Sindicatos da Educação, que representam todos os Sindicatos filiados, irão, no estrito cumprimento dos Estatutos da FNE, apreciar e votar o Plano de Actividades para o ano 2002 assim como o Orçamento para o mesmo ano.

Ainda no mesmo dia e no Porto também, mas durante a parte da manhã reunirá o Secretariado Executivo que procurará fazer um balanço da Greve de 27 de Novembro e analisar a situação em que nos encontramos face aos aumentos salariais para o ano 2002; analisará a ou as proposta(s) do ME e da FNE sobre concursos.

## STAAE Centro elege novos Corpos Gerentes

No próximo dia 30 de Novembro realizar-se-á, em Coimbra, no Hotel D. Luís, o III Congresso do Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Centro (STAAE-ZC). Este Congresso elegerá os novos Corpos Gerentes para o triénio 2002/2005 e a lista candidata, encabeçada por João Ramalho, apresenta-se sob o lema "Vencer os desafios da Modernidade e autonomia nas Escolas".

Para os novos eleitos as melhores saudações sindicais e os votos de que a força que até hoje os animou seja aquela que os vai animar no presente e no futuro em que em conjunto lutaremos por Fazer da Educação a Raiz do Desenvolvimento.

## ISSET – mais uma vitória!

Depois de sete anos de perseverança de muitas versões exigidas pelo Ministério da Educação da passagem de vários Governos e Ministros o ISSET venceu a luta da aprovação e publicação em Diário da República dos seus Estatutos.

No dia 13 de Outubro foram, assim, publicados os Estatutos na II Série do Diário da República. Aí se pode ler que O ISSET é um "instituto superior particular universitário vocacionado para a formação contínua e especializada de professores e de sindicalistas e para a investigação nas áreas em que se desenvolve a sua actividade". Este reconhecimento do ISSET, como instituto superior particular universitário, permite novos voos pois tal como se afirma nos Estatutos o instituto "confere graus académicos de licenciado (...) confere ainda o grau académico de mestre...".

Esta é mais uma vitória de todos quantos acreditaram no ISSET, Direcção, professores e alunos. O caminho foi longo, suado, mas a vitória é doce e permite sonhar com um futuro mais ou menos próximo em que o ISSET vai estender as asas e voar mais alto com aqueles que nele acreditaram, o fizeram crescer e querem continuar.

Agora informações actualizadas através do endereço da  
FNE na INTERNET

Para aceder à nossa homepage digite:

[www.fne.pt](http://www.fne.pt)

## Natal em tempo de guerra

Escrevo este editorial no dia a seguir à greve nacional que decretamos contra uma política salarial marcada pela degradação das tabelas da Administração Pública, quando, pelo terceiro ano consecutivo, o Governo se prepara para nos retirar, na prática, os ganhos que obtivemos pela revisão das carreiras. Escrevo, ainda, quando não está claro se chegaremos a um acordo sobre concursos ou se, de novo, devemos chamar os professores à greve em defesa da estabilidade do seu emprego.

Escrevo, também, com a consciência de que quando este jornal chegar às mãos dos professores e dos trabalhadores não docentes da Educação estaremos em plena época de Natal. E esta época evoca Paz e Solidariedade. Ora, quando abriremos a Televisão para ouvir as notícias confrontar-nos-emos, muito provavelmente, com imagens de guerra e de destruição.

Na minha memória cruzam-se as imagens de morte do World Trade Center com as do Afeganistão. E a estas imagens de horror acrescentam-se as imagens da guerra na Palestina.

Toca-nos, assim, viver um Natal em tempo de guerra. E, por isso, **os meus votos de Natal para todos vós só podem ser votos de Paz :**

**Paz** no interior de cada um de nós, que nos faça irradiar amor para todos os que se encontram à nossa volta;

**Paz** na nossa determinação de assumir as lutas que devemos travar com serenidade e determinação, orientados por princípios de justiça e de busca incessante de soluções através de práticas de concertação;

**Paz** na nossa vida profissional sabendo **transmitir** às crianças e aos jovens, que nos cabe educar, **sentimentos de tolerância e de solidariedade.**

*Maria Manuela Teixeira*



## Forum FNE 2001 Mais Qualidade em Educação

Em cumprimento de um dos pontos de Plano de Acção aprovado pelo Congresso, a FNE realizou, em Lisboa, o seu primeiro Forum anual em 12 e 13 de Novembro sob o lema Mais Qualidade em Educação.

O Forum abordou quatro temáticas :

- O papel do Movimento Sindical na promoção da defesa dos trabalhadores e da qualidade da Educação, que foi desenvolvida em sessão plenária por Luís de Melo (No próximo número do nosso jornal será reproduzida esta comunicação);
- Avaliação das Escolas, Avaliação do Sistema Educativo, desenvolvida no primeiro painel, coordenado por Conceição Alves Pinto
- Autonomia, Agrupamentos de Escolas e Reorganização Curricular, desenvolvida no segundo painel, coordenado por João Dias da Silva e
- O Papel dos Trabalhadores Não Docentes na Educação, desenvolvida no terceiro painel, coordenado por Carlos Guimarães.



O Forum foi aberto pelo Vice-Secretário Geral José Ricardo Nunes, cuja intervenção se reproduz noutra local, e foi encerrado pela Secretária Geral que anunciou os novos desafios a que a FNE quer responder.

Trezentos dirigentes sindicais vindos de todo o país debateram ao longo de dois dias temas da maior relevância sindical e de política educativa tendo contado com o apoio, para esta reflexão de reputados especialistas.

De seguida, apresentamos as conclusões dos três painéis que preencheram a maior parte do nosso tempo de debate.

### Painel I

#### Avaliação das Escolas. Avaliação do Sistema Educativo.

Registarm-se quatro intervenções de fundo :

**Adriano Moreira** introduziu o tema “O Progresso da Avaliação das Instituições do Ensino Superior”,

**Carmo Clímaco** falou sobre “Avaliação Integrada de Escolas Básicas e Secundárias”,

**Conceição Alves Pinto** abordou o tema “Avaliação sistémica das Escolas ou procura de “bodes expiatórios”?;

## Forum FNE 2001 Mais Qualidade em Educação



**Joaquim Azevedo** propôs para a “Avaliação Externa de Escolas: Um pouco mais de qualidade”.

Das apresentações e das discussões com os diferentes intervenientes foi possível retirar as seguintes conclusões :

- A política educativa tem sido uma sucessão de deliberações, de inflexão de estratégias, quando não de objectivos, em que o acompanhamento da implementação é deixada às dinâmicas aleatórias locais e em que os processos de avaliação são praticamente inexistentes.

- A avaliação das escolas supõe a avaliação da política educativa nomeadamente das medidas que enquadram o seu funcionamento

- A avaliação das escolas exige memória das políticas educativas: por exemplo, é necessário ter em conta a lógica de construção dos programas, a sua exequibilidade ( actualmente reduzem-se as horas das disciplinas e mantém-se a extensão dos programas)

- A avaliação das escolas não é inóqua; transporta um projecto: avaliação para etiquetar?, para culpabilizar quem?, para compreender? ou para incentivar qualidade? (porque usar indicadores

estereotipados para escolas tão diversas?; por exemplo, porque avaliar com a mesma bitola alunos de cursos de via de ensino e de cursos de educação tecnológica?)

- A avaliação tem de ser contextualizada; é fundamental ter em conta, por exemplo, o ponto de partida das aprendizagens dos alunos e o ponto de chegada, em que as origens sociais dos alunos, os seus percursos escolares, a localização das escolas são alguns dos factores a não desprezar;

- A avaliação insere-se em sistemas de poder; os indicadores usados na avaliação, o timing da avaliação, o que se diz e o que se cala tem muito que se diga...Porque é que o Ministério divulga as listas que deram origem ao «ranking» mesmo antes do início do ano lectivo e antes de terminada a 2ª época?

- A avaliação das Escolas supõe a avaliação da administração central e regional e a mudança radical da sua articulação com as escolas, nomeadamente substituindo a relação de mero controlo burocrático por processos de apoio ao incremento da qualidade das escolas.

- Avaliação sim, mas com memória e ao serviço da qualidade da educação





## Forum FNE 2001 Mais Qualidade em Educação

### Painel II

#### Autonomia, Agrupamentos de Escolas e Reorganização Curricular

Este Painel contou com intervenções de:

**João Formosinho** que falou sobre “Agrupamentos Educativos e Autonomia das escolas: dinâmicas territoriais e dinâmicas pedagógicas”,

**João Barroso** que interveio sobre “Avaliação externa do do processo de aplicação do regime de Autonomia, Administração e Gestão das Escolas e Agrupamentos” e

**João Dias da Silva** que propôs uma



reflexão sobre A reorganização curricular do Ensino Básico”.

#### Conclusões deste Painel

- o novo regime de administração e gestão das escolas foi lançado pelo Ministério da Educação envolvido num discurso que amplamente se referia à autonomia das escolas mas que a põe totalmente de lado ou que é esvaziado de práticas, limitando-se a promover a determinação de aspectos de gestão.

- a opção do ME pela determinação de espaços de autonomia para as escolas corresponde ao reconhecimento da sua incapacidade para exercer uma função reguladora eficaz.

- a autonomia é portadora de alguns riscos, como o de se resumir a uma etiqueta aposta à designação da escola, o de representar a submissão

da escola aos interesses de um único grupo social, nem que este seja o dos professores, ou o de facilitar processos de exclusão de alunos.

- a publicação do Decreto-Lei nº 115-A/98 limitou-se a constituir a tentativa de um Governo de matriz partidária diferente do que foi responsável pelo nº 172/91, de fazer um diploma sobre a administração das escolas que mantém o essencial do anterior.

- o regime de administração das escolas constante do Decreto-Lei nº 115-A/98 constitui um exemplo da ausência de visão estratégica por parte do ME, que não justifica as opções feitas, nem clarifica o sentido em que se vai, limitando-se a determinar medidas avulsas, desarticuladas e sem coerência.

- a descontinuidade das diferentes equipas ministeriais tem sido factor altamente perturbador da concretização de políticas educativas articuladas e tem conduzido a diferentes interpretações do processo de gestão das escolas.

- a concretização deste novo regime de administração das escolas desenvolveu-se com uma forte intervenção das Direcções Regionais e das Coordenações das Áreas Educativas, as quais agiram sem coordenação e de acordo com diferentes critérios, o que conduziu a ambiguidades e contradições.

- as Direcções Regionais têm assumido dois tipos de papéis: por um lado, o de acompanhamento e apoio, com um discurso sedutor, sempre que a concretização segue ritmo e os princípios por elas considerados adequados; por outro lado, de execução e controlo, sempre que uma escola se afasta do que é considerado útil e necessário.

- o envolvimento dos Municípios na concretização deste novo modelo tem sido caracterizado por uma dualidade de critérios que



## Forum FNE 2001 Mais Qualidade em Educação

### Painel II

#### Autonomia, Agrupamentos de Escolas e Reorganização Curricular

os tem feito oscilar entre uma atitude de afastamento e uma atitude de aproximação. O afastamento funda-se na não aceitação de novas competências sem receberem as contrapartidas financeiras respectivas. A aproximação resulta da obrigação que as populações lhes impõem de se preocuparem com todas as questões sociais importantes, nomeadamente a educação, até porque já têm algumas responsabilidades ao nível da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico.

- não tem sido tendência dominante, na constituição dos agrupamentos, a prevalência das dinâmicas pedagógicas sobre as dinâmicas administrativas.

- as assembleias de escola têm vindo a perder o seu carácter de órgão de participação dos diferentes membros da comunidade educativa, por esvaziamento das suas competências, promovido pelo défice de informação que lhe chega, pelo défice da democracia participativa e pelo défice de utilidade.

- o conselho pedagógico tem vindo a readquirir um papel preponderante, em função do esvaziamento das funções da assembleia, o que não constituía o desenvolvimento que se previa no novo enquadramento legal.

- os professores estão cansados de serem chamados a processos sucessivos de mudança, sem tempo para sobre cada um deles reflectir tão aprofundadamente quanto necessário para compreender o respectivo sentido e para depois os integrar na sua prática.

- os processos de inovação e mudança não se podem suceder uns aos outros sem que sobre eles se estabeleça um tempo e um espaço de avaliação, cujos resultados sejam divulgados e debatidos.

- um processo de inovação, para ser mobilizador dos profissionais que são chamados à sua execução tem que ser claro em relação à direcção em que se vai e em relação às metas que se pretendem alcançar, o que não é propriamente o caso da reorganização curricular do ensino básico em curso, já que não se fundamenta suficientemente porque é que se muda e para que é que se muda.

- uma inovação curricular é sustentada ou dificultada pela própria organização escolar, e no presente momento não há articulação entre uma e outra, sendo que o diploma legal que define a reorganização curricular se limita ao plano curricular, sem assumir as implicações organizacionais que a sua concretização deveria impor.

- os processos de mudança e inovação têm que ser consolidados através de intervenções ao nível da formação inicial e contínua dos professores, os quais têm que integrar a informação e a formação que possibilitem o respectivo desenvolvimento.

- o envolvimento e a mobilização dos professores para um processo de inovação e mudança exige a clarificação dos conceitos em presença, construindo-se um “corpus” teórico comum, claro, não portador de ambiguidades e de angústias para os agentes de concretização, como está a acontecer com a inundação dos textos legais de termos novos, como sejam “competências”, “projecto curricular de escola” e “projecto curricular de turma”.

- uma inovação, para ter sucesso, tem que ser assumidamente desejada, claramente orientada, suficientemente sustentada e apoiada, diligentemente observada, oportunamente corrigida, sem o que se reduzirá a uma moda passageira e rapidamente substituída pelas práticas anteriores.



## Forum FNE 2001 Mais Qualidade em Educação

### Painel III

#### O Papel dos Trabalhadores Não Docentes na Escola

As intervenções principais estiveram a cargo dos seguintes oradores que desenvolveram as seguintes temáticas:

**João Ramalho** apresentou a problemática da “autonomia Administrativa das Escolas,

**Lúcia Miranda** analisou “O papel do Psicólogo na Escola”

**Luísa Timóteo** falou sobre “O novo papel do Pessoal de Apoio Educativo”,

**Guiomar Iglésias, Luís Viana e Artur Morgadinho** dividiram entre si o tema “O papel do Administrativo de ontem e de hoje”

**João Cachado** apresentou a problemática dos Técnicos Superiores de Educação nos Serviços Centrais e Regionais e

**Leonor Conceição** falou sobre “O papel dos Não Docentes no Ensino Superior”.

As conclusões – já publicadas na íntegra no Jornal Especial dos Trabalhadores Não Docentes de Novembro – lembram-nos que

- a autonomia concedida aos estabelecimentos de ensino básico e secundário veio a traduzir-se numa responsabilização acrescida de todos os protagonistas que compõem a comunidade educativa

- existe uma nova “velha” obrigação de que todos os docentes e não docentes acedam a um conjunto de qualificações da área científica, pedagógica e técnica, e portanto a necessidade de uma permanente actualização destes corpos.

- é de valorizar o conteúdo funcional das carreiras criadas através do Regime Jurídico do Pessoal Não Docente.

- é de salientar a importância de equipas multidisciplinares que agreguem as novas carreiras, no pleno desenvolvimento das actividades no tempo lectivo, não lectivo e interrupções escolares.

- há, assim, toda uma necessidade de promover e incentivar a realização de eventos – seminários, conferências, acções de formação – dirigidos aos diferentes corpos docentes e não docentes de uma forma integrada.





## Forum FNE 2001 Mais Qualidade em Educação

### Ir mais longe

No final do Fórum **Manuela Teixeira**, Secretária Geral da FNE, fez uma intervenção onde ressaltou o papel que a **FNE**, ao longo dos anos da sua história tem tido na definição das políticas educativas, na defesa dos trabalhadores da Educação e na melhoria da Educação em Portugal.



Para a Secretária Geral é evidente que "a acção sindical passa mais além das carreiras, dos salários, dos concursos, das condições de trabalho. Hoje para além destes desafios estão em causa níveis de escolarização, de sucesso, a eficácia e a qualidade do sistema, das escolas, dos professores, dos trabalhadores não docentes, dos alunos. Enfim o movimento sindical é um movimento que se faz em favor de uma sociedade diferente."

Ao falar dos objectivos, dos desígnios que a **FNE** definiu para si própria lembrou o lema do seu Congresso, **Fazer da Educação a Raiz do Desenvolvimento**, apontando ainda para o facto de os desafios que a todos se colocam passarem pelos caminhos mais conhecidos e trilhados pelo movimento sindical e por aqueles que são os desafios que o presente/futuro nos apresenta quotidianamente e que se inserem de forma profunda na Educação enquanto raiz do desenvolvimento. "A nova batalha para que

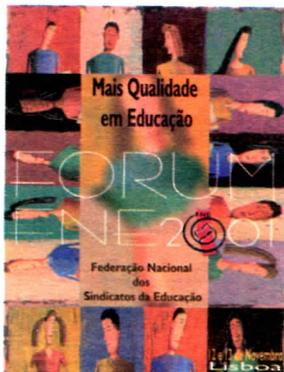
*estamos convocados hoje é a batalha da qualidade da educação. Batalha esta que passa pela realização profissional e pela realização pessoal", pelo que entendemos ser imperativo que reivindicamos a condição de parceiros activos na discussão das políticas educativas. Por isso, a partir daqui declaramo-nos "na trincheira da luta" que pode e fará a monitorização das políticas do governo, seja ele qual for, e que "procurará antecipar as consequências da definição e do pôr em prática das políticas definidas, encontrando as respostas que melhor sirvam a educação e todos aqueles que nela trabalham".*

A **FNE** e todos quantos representa estão "fartos de ver o ME definir as políticas que muito bem entende, fartos de ver Ministros que tentam cada um impor a sua 'bandeira' sem ter em conta o País e as consequências das suas acções porque nunca estão lá na hora de avaliar os efeitos das políticas que definem, fartos de ver como todos os Governos aprenderam a estratégia de fazer dos professores bodes expiatórios de todas as suas experiências. É necessário que os Governos aprendam a assumir as suas responsabilidades, que tenham memória."

Portudo isto Manuela Teixeira diz "Basta de demagogia. A **FNE** na senda do caminho que tem trilhado ao longo dos seus quase vinte anos de existência **vai continuar a reivindicar: mais formação para todos os trabalhadores da Educação, mais e melhor apoio às escolas.** A **FNE** vai continuar a erguer a sua voz e dizer queremos a mudança, **rejeitamos políticas elitistas, acompanharemos o trabalho das escolas com atenção e discernimento, procurando antecipar as consequências das medidas tomadas.**"

## Mais Qualidade na Educação

José Ricardo  
Vice Secretário geral



Ao abrir este Fórum “Mais Qualidade na Educação”, quero em primeiro lugar dar as boas-vindas a todos os participantes e cumprimentar muito particularmente todos

os convidados, agradecendo a sua presença nesta iniciativa, o que vem sublinhar a importância de que se reveste esta reflexão que resolvemos levar a efeito.

Um país que não se pensa é um país sem futuro. E porque queremos um país com futuro, não nos cansaremos de continuar a promover e aprofundar reflexões que consideramos essenciais para o desenvolvimento qualitativo do nosso Sistema Educativo perseguindo, deste modo, uma das nossas principais preocupações de sempre, que tem sido o da exigência e a aposta “numa educação com mais qualidade”.

São muitas as interrogações que hoje em dia se colocam a todos nós dirigentes sindicais, governos, instituições internacionais e agentes de ensino sobre o

educação, credibilizando e enriquecendo as conclusões que saírem deste acontecimento.

### Problemas do nosso sistema de ensino e o pulsar da escola portuguesa

Neste momento em que me é dada a oportunidade de proferir as primeiras palavras neste Fórum, não gostaria de perder a oportunidade de partilhar convosco, alguns dos problemas do nosso sistema de ensino e o pulsar da escola portuguesa.

Após um longo período em que a educação foi esquecida e o acesso à escola constituiu um privilégio reservado a muito poucos, vivemos, felizmente, um tempo em que se acredita na educação. E é necessário que assim seja. É imperioso que a sociedade acredite, cada vez mais, na aposta educativa como instrumento decisivo do desenvolvimento.

O mundo está a passar por profundas alterações, que se reflectem na escola e apelam à mudança.

A escola actual, herdeira dos séculos XVIII e XIX, constituiu-se a partir de um modelo pensado para um público relativamente homogêneo, proveniente de grupos sociais bem definidos, ao qual competia dar formação para que se pudesse aceder aos postos de trabalho mais relevantes. Este facto tornava o panorama da escola bem mais simples e permitiu-lhe basear a sua lógica de ensino no pressuposto da homogeneidade dos grupos.

Mas tudo mudou nas últimas décadas. As sociedades actuais estenderam a escolaridade, tornando mais longo o tempo de permanência em formação escolar e alargando-a a todos os elementos dessa sociedade, cada vez mais heterogêneas, sob o ponto de vista étnico, cultural ou linguístico.

É, por isso, fácil perceber que as escolas, hoje, lidam com problemáticas muito mais complexas. A massificação do ensino pôs em causa a estrutura da escola tal como a conhecemos e, nesse sentido, podemos falar num desajuste de fundo, ou seja, queremos continuar a aplicar um tipo de escola idêntico a uma situação que é totalmente diferente. E é essa, no nosso entender, uma das principais disfunções do nosso sistema



futuro da educação e da escola portuguesa.

E, sem pretendermos aqui ter a veleidade de encontrar soluções inéditas para os actuais problemas, procuraremos sim, humildemente, dar o nosso contributo através do debate, com a prestigiada colaboração de reconhecidas figuras que muito têm reflectido sobre a

## Mais Qualidade na Educação

de ensino e uma das causas do elevado insucesso escolar que actualmente se verifica.

### O grande desafio que se impõe à escola actual

O grande desafio que se impõe à escola actual é assegurar que todos os seus alunos aprendam mais e melhor. A mesma escola que se viu confrontada com a massificação do acesso à educação, pede-se também que massifique o sucesso, ou seja, que garanta não só a permanência dos alunos nos seus estabelecimentos de ensino, como ainda, que assegure, que adquiram as competências essenciais.

E, sendo o currículo escolar uma das peças fundamentais para responder aos desafios da escola de hoje, não vislumbramos na recente revisão curricular a reestruturação que se exigia para desenvolver novas competências nos alunos.

Contradições que agravam, ainda mais, a crise que tem abalado o nosso sistema educativo e que me parece não tomar o rumo que todos nós desejamos.

Uma crise com causas bem identificadas, mas cujas respostas têm primado pela ineficácia, ou até mesmo, pela ausência de medidas que respondessem aos problemas gerados pela massificação do ensino e do alargamento da escolaridade obrigatória; de medidas que respondessem às necessidades e exigências de uma nova população escolar, sem perda de qualidade do ensino e das aprendizagens; de medidas que respondessem à falta de condições de trabalho na esmagadora maioria das escolas; de medidas que evitassem o insucesso escolar e o aumento das reprovações e do abandono precoce; em suma, de medidas que travassem o caminho perigoso que se pode percorrer que é o da fossilização da escola portuguesa.



Competências que, por um lado, respondam à flexibilidade, criatividade dos trabalhadores num mundo laboral cada vez mais exigente e em constante mutação e, por outro, competências que respondam às exigências de uma sociedade que se caracteriza pela circulação de uma grande quantidade de informação, a uma velocidade vertiginosa e que constitui um constante desafio à capacidade de compreender, analisar, organizar e processar essa mesma informação.

Com efeito, não faz sentido que o currículo escolar seja concebido sem ter em consideração, nem os alunos que entram para a escola, nem aquilo que os espera quando dela saírem.

É perante cenários de contradições políticas que, infelizmente, o nosso sistema de ensino hoje vive.

### Os números e os indicadores do Eurostat

E esta inépcia, face às respostas educativas e, muitas delas estruturais, espelha-se claramente nos números e nos indicadores avançados segundo um estudo do Eurostat, divulgado em Maio deste ano.

Um estudo em que o nosso país se destaca, mais uma vez, pela negativa, apresentando os mais baixos índices de escolaridade em todas as camadas etárias face aos restantes estados membros da E.U.

Dessa análise verificamos que no conjunto da U.E., em 1999, 71 por cento dos jovens, dos 25 aos 29 anos, completaram pelo menos o ensino secundário, percentagem que sobe consideravelmente na Dinamarca, com 89 por cento, na Suécia, 86 por cento,

## Mais Qualidade na Educação

na Finlândia e na Áustria, ambos com 85 por cento e da Alemanha, com 83 por cento. Do lado oposto, Portugal tem a mais baixa taxa com 35 por cento, atrás da Espanha, com 58 por cento e da Itália, com 60 por cento.

Contudo, analisada na faixa etária mais abrangente, dos 25 aos 64 anos, a população portuguesa apresenta o mais baixo nível de escolarização da U.E., com apenas 21 por cento dos indivíduos a possuírem o secundário, muito abaixo da média comunitária que é de 60 por cento.

Mas o mesmo estudo revela, ainda, que o ensino superior é só para alguns. Contrariando a ideia feita de que no nosso país há um excesso de doutores, o estudo conclui que apenas dez por cento dos portugueses (dos 25 aos 64 anos) terminaram um curso universitário, taxa que representa metade da média europeia.

Não obstante o quadro negro que verificamos quanto ao nível de escolarização da sociedade portuguesa, o abandono escolar precoce não deixa de ser menos preocupante.

O abandono escolar precoce atinge em Portugal 46 por cento dos jovens, uma taxa não só, muito superior às de Espanha (29 por cento), e de Itália (27 por cento), mas que contrasta de forma abissal, com os sete por cento da Suécia, os dez por cento da Finlândia, e os doze por cento da Áustria e Dinamarca.

Em suma, um em cada dois jovens portugueses deixa de estudar no final da escolaridade obrigatória, o que faz do nosso país um «campeão» europeu do abandono escolar.

Mas vejamos, como sucessivos governos têm hipotecado o desenvolvimento do país pela falta de empenhamento na introdução de medidas de combate aos baixos níveis de educação e qualificação que, permanentemente, nos vem perseguindo através dos mais variados estudos e relatórios.

### O estudo da OCDE

Por exemplo, um estudo revelado pela OCDE sobre o papel de políticas e instituições no desenvolvimento económico dos países analisa a evolução da escolaridade das populações dos seus Estados membros, entre 1970 e 1998. Os dados publicados revelam que, no início da década de 70, os portugueses tinham em média 6,5 anos de escolaridade. Decorridos quase 30 anos, a população portuguesa em idade activa tinha passado nos bancos da escola cerca de 7,7 anos, ou seja, 1,2 anos de escolaridade foi o acréscimo registado na média nacional enquanto no mesmo período, por exemplo, a Espanha, a Itália e a Grécia colocados, a par de Portugal, dentro do pelotão dos mais atrasados, recuperaram à volta de três anos. Este contraste acentua-se ainda mais, quando comparado com todos os outros países, onde o número de anos de estudo é superior a dez, com a população activa Alemã a destacar-se, com um número médio de anos de escolaridade de treze anos.

A análise da OCDE concluiu, ainda, que há uma correlação positiva entre o número de anos de educação formal da população em idade activa e o crescimento do PIB por habitante no longo prazo. No caso de Portugal, o relatório afirma que o desenvolvimento do país foi, a par da Espanha, dos mais prejudicados na Europa pelo baixo nível do capital humano.

### A nossa análise às políticas da educação

Apesar do orçamento para a educação ter triplicado nos últimos dez anos, a este crescimento não correspondeu uma melhoria da qualidade do ensino, nem um sucesso educativo real que obviasse a existência de altíssimos índices de insucesso que se registam, por exemplo no 10º ano de escolaridade, que reduziu a preocupante taxa de abandono do sistema, por parte de jovens que desistem todos os anos, antes de concluir a escolaridade obrigatória e que diminuiu a verdadeira catástrofe de reprovações e abandonos no ensino superior.

Apesar do esforço orçamental realizado nestes



## Mais Qualidade na Educação

últimos anos, no capítulo da educação, torna-se revoltante verificar que os vários responsáveis que passaram pelo ministério da educação foram incapazes de delinear e pôr em prática estratégias que permitissem transformar as escolas em lugares aprazíveis; foram incapazes de dotar as escolas com condições de trabalho e de convivência promotoras do sucesso educativo e do crescimento individual e social das crianças e dos jovens que as frequentam; foram incapazes, no fundo, de minimizar os efeitos negativos resultantes de uma escola aberta a uma nova população escolar, tais como o aumento da indisciplina e a perda do respeito por valores essenciais da humanidade que, em muitos casos, leva ao aparecimento de climas de violência.

Incapazes, por sua vez, de promover medidas de fundo que minimizassem os problemas de insucesso e abandono escolar, o ministério da educação antes preferiu, por vias administrativas, promover a sua diminuição; antes preferiu dentro da escolaridade básica, implementar uma escolaridade menos básica com o incremento de currículos alternativos sem que, até ao momento, se conheça qualquer avaliação desta medida, apesar do empenhamento profissional dos docentes que os ministram.

### Os grandes desafios da escola e os problemas dos profissionais da educação

Temos, pois, a consciência plena que à escola se colocam grandes desafios e aos profissionais da educação problemas substancialmente agravados.

Problemas que se prendem com um claro enquadramento do papel da Escola na sociedade do futuro e com a definição de um perfil de docente e de outros profissionais da educação ajustado às novas realidades sociais e educativas, mas capaz de conferir ao acto educativo uma componente humanista e social de excelência.

O papel dos profissionais da educação torna-se, deste modo, mais difuso e mais precárias as condições da sua intervenção.

As enormes exigências colocadas hoje, ao exercício da profissão docente e aos demais profissionais da educação, colocam-os sob obrigações contraditórias em que, a eles tudo se pede e deles tudo se espera, inclusivamente, como agentes privilegiados na superação de um muito largo conjunto de situações e conflitos de origem social que desaguam, cada vez mais na escola, sem que em troca lhes sejam dadas as condições

mínimas para que, a árdua tarefa que a renovação da escola exige, seja efectivamente um passo decisivo para uma mais "Qualidade da Educação em Portugal".

À Escola exige-se hoje, que dê um conjunto vasto de respostas aos mais variados níveis: ensinar, educar, transmitir conhecimentos e desenvolver capacidades intelectuais; transmitir valores e recrear laços sociais; preparar para a qualificação profissional e para a inserção social e profissional e quantos mais...

Para responder a estas exigências, as profissões da educação têm de ampliar o seu campo de intervenção; tornar-se-ão, sem dúvida, mais complexas.

Julgo, mesmo, não ser despropositado interrogarmo-nos, até onde chegam as missões da Escola e as responsabilidades do pessoal educativo. Em todo o caso, a qualificação das profissões da educação deve ter em conta estes novos papéis,



sobretudo, no desenvolvimento de equipas pluriprofissionais.

Mas para que a Escola possa e deva cumprir, todas as exigências que a pressão da sociedade lhe impõe, é indispensável uma transformação de fundo. É indispensável dotá-la de meios que possibilitem respostas adequadas e sustentadas. Meios técnicos, meios humanos, organização de tempos e espaços, mecanismos estruturais e legais que articulem a intervenção da sociedade na escola e da escola na sociedade, mas com a devida transparência das funções e das competências de cada um.

Tal como ela está concebida e organizada torna-se incapaz de "cumprir" e responder a todas estas exigências. Torna-se incapaz de cumprir os objectivos de promoção de uma escola de sucesso para todos e responder às elevadas taxas de insucesso

## Mais Qualidade na Educação

escolar e abandono precoce. Torna-se incapaz de cumprir o seu papel promotor de igualdade de oportunidades de acesso a uma educação de qualidade para todos, mas continuará, pelo contrário, como tradicionalmente, a confirmar e a ampliar as exclusões e as desigualdades.

A mudança que se impõe exige, para além de outras medidas, que se repense frontalmente toda a formação inicial e contínua dos professores e a preparação de outros profissionais da educação, que tenha em devida conta estas novas exigências e a clara consciência de que só o trabalho de equipas pluridimensionadas pode possibilitar que a escola cumpra o desiderato de constituir um lugar de igualdade de oportunidades e de sucesso.

Ou agimos já, ou o futuro não nos reserva grandes expectativas, uma vez que, segundo a OCDE, nos próximos 15 anos, não melhoraremos em muito os actuais baixos níveis de escolarização da população activa portuguesa, constituindo uma questão preocupante no capítulo do desenvolvimento do país continuando, assim, a espelhar uma sociedade gravemente ferida para combater os desafios deste novo século.

Deve, por isso, constituir uma constante preocupação nossa, não só, a urgente resposta qualitativa que o Sistema Educativo deve dar, na preparação das nossas crianças e jovens, para este novo mundo em que vivemos, mas também, um olhar sério à Educação e Formação permanente, entendida como uma resposta, fundamental, a toda a população portuguesa que, ou não pôde concluir a sua educação/formação - e que agora o deseja - ou pretenda actualizar conhecimentos e adquirir competências que permitam fazer face às

alterações do mundo do trabalho. Para tal, é fundamental promover, articuladamente, diferentes políticas que conduzam ao aumento das qualificações académicas e profissionais, com vista à redução das desigualdades sociais e evitem a expansão de uma camada social sem qualquer perspectiva de uma verdadeira e sólida inserção social e laboral.

### A tarefa que temos entre mãos

Temos consciência dos muitos problemas que ao Sistema Educativo e à escola estão colocados, bem como da sua complexidade. Estes, em si mesmos, constituem outros tantos desafios.

A tarefa a que nos propusemos desenvolver no Congresso de Abril, sendo um desafio difícil, queremos cumpri-la.

Temos pois, nas mãos, a responsabilidade e o peso de uma organização que, pela sua grandeza, terá que continuar a dar o contributo valioso das ideias que sempre deu.

Continuaremos por isso, a aprofundar o debate, sempre com a urgência que estas reflexões exigem, precisando o futuro que se pretende construir.

Faço votos para que, os que aceitaram vir debater connosco questões essenciais para a educação e para o país, considerem o seu tempo bem empregue, participando e valorizando a reflexão sobre as temáticas que aqui irão ser desenvolvidas.

Termino, agradecendo, uma vez mais, a vossa participação esperando que os trabalhos decorram de acordo com a vossas expectativas.





# Concursos:

## O acordo é possível ?

O final do mês de Novembro e, depois de cerca de um ano de negociações (!), viu chegar, a 13<sup>a</sup> versão do projecto de diploma que visa regulamentar os concursos dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básicos e secundários.

Depois das muitas reuniões com a equipa negociadora do ME, com os dois Ministros da Educação, o antigo e o actual, a proposta que nos chegou no dia 26 de Novembro, continua a manter aspectos inaceitáveis relativamente aos quais temos reiterado a nossa oposição.

Assim:

- não podemos aceitar que se regresse a situações que no passado provaram ser negativas ou a outras cujos efeitos projectados poderão ser negativos sobre o próprio sistema e sobre os professores;

- não é, nem foi, dada qualquer justificação de que com a proposta de passagem dos quadros de escola a quadros de zona pedagógica aumentasse a estabilidade do corpos docente nas escolas. Até porque aos Quadros de Escola compete assegurar as necessidades permanentes do sistema o que significa que é através destes que se conseguirá atingir a tão desejada estabilidade do corpo docente para o necessário desenvolvimento de uma educação e ensino de qualidade. Os Quadros de Zona Pedagógica visam a satisfação de necessidades ocasionais, de substituição de docentes do quadro ou de apoio ao sucesso educativo. São lugares aos quais os docentes são afectados anualmente;

- rejeitamos todas as medidas que alterem ou subvertam os princípios organizativos da lista graduada nacional que se tem revelado ser o meio mais equitativo e adequado para a colocação de docentes. Assim, rejeitamos a alteração da fórmula de cálculo da contagem de tempo de serviço para graduação;

- defendemos que todo o recrutamento e selecção de docentes deve ser feito por concurso em termos de transparência. Assim, não entendemos a excepção feita, no que se reporta a disciplinas de formação geral, para estabelecimentos de ensino artístico, técnico ou tecnológico, vocacional de música e dança, educação e ensino especial, extra-escolar e de apoio especializado;

- não admitimos que se distingam os professores por terem trabalhado no Continente ou nas Regiões autónomas, no ensino público ou particular.

Na sequência da última proposta enviada pelo ME, a **FNE** recusou-se a participar em mais rondas negociais com o Grupo técnico sem que estes aspectos de divergência fossem dirimidos.

No dia 28 de Novembro a Secretária Geral e o Vice-Secretário Geral Luís de Melo reuniram com o Secretário de Estado da Administração Educativa e com a Presidente do grupo negociador do ME, tendo-se aberto algumas perspectivas de acordo, que à hora de fecho deste jornal não é possível, ainda, garantir.

## Dia 27 de Novembro – Greve na Educação

### Razões de uma **Greve**

A FNE deliberou convocar greve no dia 27 de Novembro, juntando-se a outras organizações sindicais que escolheram esse dia para manifestar ao Governo o seu repúdio por uma política salarial que vem sendo seguida nos últimos quatro anos.

É a primeira vez que a FNE convoca greve quando um processo negocial está, ainda, longe do seu termo tendo o Governo apresentado, apenas, a sua primeira proposta. As razões desta mudança de prática têm os seguintes motivos:

1º - O Orçamento de Estado, as afirmações do Governo e a prática governativa nesta matéria constituem indícios demasiado fortes de que o Governo não se aproximará das nossas posições;

2º - Um relatório recente do Banco de Portugal procura criar um clima favorável à diminuição salarial da Administração Pública;

3º - O ritmo que o Governo tem imprimido às negociações caracteriza-se por um longo período introdutório e por uma conclusão muitíssimo rápida que não cria espaço suficiente para a definição de formas de luta que possam permitir uma manifestação clara do descontentamento dos trabalhadores.

**Ora os trabalhadores da Administração Pública estão muito descontentes** com uma política salarial que, ano após ano, tem vindo a fazer decrescer, em termos reais, o valor das tabelas salariais. Os trabalhadores da Educação – docentes e não docentes – repudiam estas políticas e querem manifestar com todo o vigor esse desacordo.

O relatório do Banco de Portugal que compara os salários da Administração Pública com o do sector privado não é um relatório honesto porque não entra em linha de conta com as habilitações dos trabalhadores. Ora é sabido que os trabalhadores de mais elevadas habilitações se encontram, em

esmagadora maioria na Administração Pública, sendo certo, aliás, que os trabalhadores do sector privado com habilitações de nível elevado ganham, genericamente mais do que os do sector público.

**O que pretenderá o Banco de Portugal com este relatório?** Pretenderá que o Governo decida que médicos, professores ou magistrados passem a ser recrutados entre pessoal com as habilitações médias dos trabalhadores do sector privado? Ou seja, desejará que não sejam licenciados, mestres ou doutores? Ou pretenderá a proletarização das profissões correspondentes às mais elevadas qualificações académicas desde que os profissionais trabalhem no sector público? Julgávamos que essas orientações já tinham terminado há muito tempo.

**A errada política salarial do Governo pode estar apoiada pelo Banco de Portugal ou por alguns economistas mas será gravosa para o país e contará com a nossa mais forte reprovação.**

### **Os Resultados da GREVE na Educação** **Centenas de Escolas Encerradas**

A adesão à greve, a nível nacional, situa-se na casa dos 80%. As zonas Norte, Porto, Lisboa e Algarve, registaram os maiores níveis de adesão à greve, com destaque para os trabalhadores não docentes das escolas. No país, mais de 60% das escolas básicas e secundárias estão encerradas!

Esta greve de protesto, com “elevadíssimos níveis de adesão”, deve constituir motivo de reflexão para o Governo, para que não prossiga num caminho que conduz inevitavelmente à “degradação salarial” na Administração Pública. O que é completamente inaceitável.